

## Vendas de cimento apresentam leve recuperação no semestre

Após um primeiro semestre marcado por um cenário de juros e endividamento das famílias elevados e eventos climáticos extremos, com chuvas intensas no Sul e seca no Centro-Oeste e Norte, as vendas de cimento acumularam alta de 1,2% em relação ao mesmo período de 2024, com a comercialização de 30,6 milhões de toneladas nos seis primeiros meses do ano.

O mês de junho atingiu 5,4 milhões de toneladas de vendas, registrando um aumento de 2,1% se comparado ao mesmo mês do ano anterior, segundo o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC. Ao se analisar o despacho de cimento por dia útil de 238,8 mil toneladas, há um aumento de 4,6% sobre junho do ano passado e de 1,1% em relação ao primeiro semestre de 2023.

Os principais indutores do consumo de cimento desaceleraram no período em virtude da dificuldade no acesso ao crédito, em meio a taxa de juros ainda elevada, redução de lançamentos e operações de financiamento imobiliário.

A confiança da construção<sup>1</sup> apresentou estabilidade em junho registrando maior otimismo que em dezembro de 2023. No entanto, essa melhora na atividade expôs a dificuldade com a mão de obra, o que já está impactando os custos de obras. A expectativa do mercado<sup>2</sup> pelo fim do ciclo de queda da Selic em 2024 deve arrefecer o ânimo dos negócios nos próximos meses.

Houve, também, um maior otimismo na confiança da indústria<sup>3</sup> e do consumidor<sup>4</sup> que avançou em junho. Os resultados foram influenciados tanto pela melhora da percepção sobre a situação atual quanto pelas expectativas para os próximos meses.

Mesmo após o primeiro semestre do ano surpreender positivamente o mercado com a queda do desemprego e aumento no rendimento da população, a interrupção do ciclo de queda da Selic, a piora nas expectativas inflacionárias e da situação fiscal do governo, somado ao ambiente externo mais adverso, principalmente no que tange a queda de juros nos Estados Unidos geram incertezas para o resto do ano.

O câmbio elevado traz uma preocupação com relação à aumento de custos de produção do cimento, principalmente do coque de petróleo, matéria prima essencial na geração de energia no processo produtivo.

Para minimizar os impactos ambientais e a pressão dos preços do insumo, o uso de combustíveis alternativos nunca foi tão necessário. Nesse sentido, o setor cimenteiro tem investido e ampliado fortemente em tecnologias como o coprocessamento.

A atividade responsável pela transição energética, substitui o combustível fóssil por resíduo industrial, comercial, doméstico e biomassas. O coprocessamento alcançou, em 2022, 30% de participação na matriz energética do setor, antecipando a meta prevista para 2025. Foram 3,035 milhões de toneladas de resíduos processados, sendo 2,856 milhões de toneladas de combustíveis alternativos e 179 mil toneladas de matérias-primas substitutas. Ao todo, a troca de combustíveis fósseis por alternativos contribuiu para que fossem evitadas cerca de 2,9 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> no ano.

Em um momento em que a crise climática se aprofunda, a urgência de ações se torna mais necessária do que nunca. É preciso avançar em todas as frentes para eliminar as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Neste sentido, minimizar ao máximo o descarte de resíduos em aterros é crucial.

Para avançar nessa agenda, a indústria brasileira do cimento vem empenhando esforços significativos na promoção e desenvolvimento de CDRU (Combustível Derivado de Resíduos Urbanos) para fins de coprocessamento, contribuindo para o encerramento dos lixões e redução da disposição em aterros. A iniciativa já vem sendo implementada com sucesso nas regiões metropolitanas de Curitiba e Belo Horizonte.

O projeto Clusters CDR (RSU) segue como diretriz o Roadmap Tecnológico do Cimento, lançado em 2019 de forma pioneira entre os segmentos industriais brasileiros, para orientar a descarbonização da indústria por meio de uma série de alternativas de redução de CO<sub>2</sub>.

Ao final de 2023, a indústria brasileira do cimento lançou as bases do Roadmap Net Zero para acelerar a transição rumo a uma economia neutra em carbono. O setor, que internacionalmente foi o primeiro a firmar um compromisso de neutralidade climática em escala global, dentro do programa Race to Zero da ONU, agora avança na discussão de meios para alcançar a neutralidade climática no Brasil.

O posicionamento da indústria parte do Roadmap de Mitigação, lançado em 2019 e que apontava meios para reduzir a emissão de CO<sub>2</sub> na produção de cimento, e a partir de 2023 amplia para o ciclo de vida do produto incorporando o concreto, a construção, a eletrificação, entre tantas outras ramificações, que permitam alcançar a neutralidade climática do setor até 2050.

A iniciativa vem num momento mais do que oportuno no país, quando se discute no âmbito federal o estabelecimento de metas setoriais de descarbonização, a ser estabelecido no Plano Clima e a implementação de um mercado de carbono para o país - com ativa participação da indústria do cimento.

O atingimento da neutralidade de emissões pelo setor exigirá, entretanto, muito além do incondicional esforço e comprometimento da indústria do cimento, ampla participação e cooperação de importantes stakeholders, como agentes da construção, agências de fomento, entidades representativas, governos nos seus diferentes níveis e academia.

*Os eventos climáticos extremos no Sul e a turbulência no cenário macroeconômico levaram a indústria brasileira do cimento a rever suas projeções de crescimento de 2,4% para 1,4% no consumo em 2024, o que representa 900 mil toneladas acima de 2023. Este volume recupera apenas um terço das perdas acumuladas entre 2022 e 2023, de 2,8 milhões de toneladas*

**Paulo Camillo Penna**  
(Presidente do SNIC)

## VENDAS DE CIMENTO\*



### VENDAS POR DIA ÚTIL

(melhor indicador por considerar apenas o número de dias trabalhados no período)

| DESEMPENHO NOS MESES  |                              |        |        | VARIÁÇÕES               |        |        |            |
|-----------------------|------------------------------|--------|--------|-------------------------|--------|--------|------------|
| ORIGEM                | Despacho 1.000 ton. dia útil |        |        | ORIGEM                  | JUN/24 | JUN/24 | JAN-JUN/24 |
|                       | JUN/23                       | MAI/24 | JUN/24 |                         | JUN/23 | MAI/24 | JAN-JUN/23 |
| Venda Mercado Interno | 228,2                        | 229,1  | 238,8  | Venda Mercado Interno** | 4,6%   | 4,2%   | 1,1%       |
| Exportação            | 23                           | 23     | 22,5   | Exportação              | -2,2%  | -2,2%  | 0,4%       |
| Venda Total           |                              |        |        |                         |        |        |            |

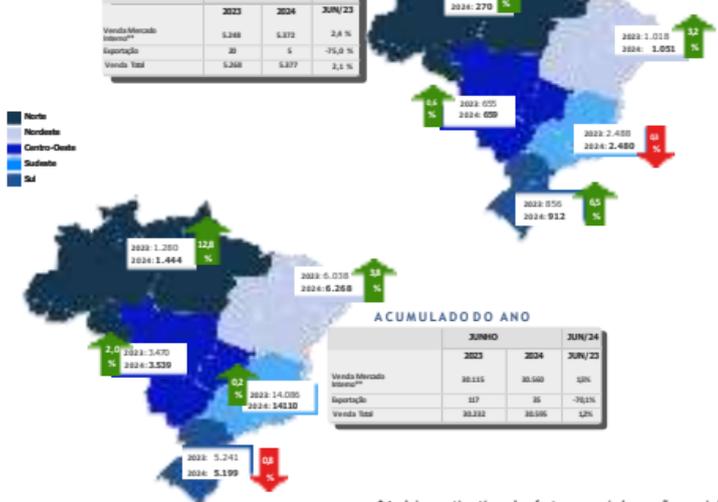
## ACUMULADO 12 MESES

### MERCADO INTERNO



## NÚMEROS REGIONAIS

(por 1.000 toneladas)\*



\* Inclui as estimativas de oferta a associados e não-associados  
\*\* Não inclui a venda do cimento importado

## PERSPECTIVAS

A expectativa do setor é de melhora para os próximos meses, impulsionada pelas obras do Programa Minha Casa, Minha Vida, de grandes leilões de saneamento e da retomada dos investimentos em infraestrutura. Por outro lado, os recentes cortes de recursos e redução de investimentos afetam importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que desempenha um papel importante para demanda por cimento.

Em relação aos investimentos previstos em rodovias, vale lembrar que o Brasil possui 1.721.000 quilômetros de estradas e rodovias, isso faz do país o dono da quarta maior malha rodoviária do mundo. Entretanto há um dado alarmante: somente 12,4% da malha viária é pavimentada. Para reverter esse cenário é imprescindível ampliar os investimentos na construção civil e incluir o pavimento de concreto como opção nas licitações públicas, por ser um método construtivo de maior durabilidade, mais econômico, que proporciona mais conforto e segurança para os usuários e ainda exercer menor impacto ambiental.

Há ainda uma efetiva expectativa do setor com relação a Lei 14.871/24, que busca a modernização do parque industrial brasileiro por meio de depreciação acelerada de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado.

Ainda na esfera federal, a maior expectativa se volta para a aprovação do Sistema Brasileiro de Comércio e Emissões e a regulamentação da Reforma Tributária. Questões como o tratamento específico para a construção civil e incorporação, bem como precificação de carbono seguem como preocupações centrais do setor.